

A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE NO BRASIL REPÚBLICA

¹Ana Heide Nascimento dos Santos (ana-heide@hotmail.com)

²Nara de Carvalho e Silva (nara_aju@hotmail.com)

³Verônica Souza Lima (ve.lima@yahoo.com.br)

RESUMO

O presente artigo faz uma análise e discussão da influência do movimento negro na conquista do direito à educação escolarizada da população afrodescendente do Brasil, desde a instituição da República até os dias atuais. Para a abordagem do tema, procedemos inicialmente a uma discussão sobre o processo de formação das instituições associativas negras no início da República, as quais constituem as células iniciais de união e organização da população negra em busca de sua conscientização racial e de luta pela conquistas de sua cidadania, traduzindo-se como o ponto de partida do movimento negro no Brasil. Em seguida, prosseguimos na discussão sobre o desenvolvimento desse movimento, suas nuances e conquistas ao longo dos diversos momentos políticos do país, revelando-o como ferramenta fundamental de defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Palavras-chave: população afrodescendente; movimento negro; escolarização.

ABSTRACT

This article makes an analysis and discussion of the influence of the black movement in winning the right to school education of the population of african descendents in Brazil, since the establishment of the Republic until today. To approach the subject, initially, we proceeded to a discussion about the process of formation of the black associative institutions in the early Republic, which constitute the initial cells of union and organization of black people in search of his racial awareness and struggle for conquest of their citizenship, what is the starting point of the black movement in Brazil. Then we continued the discussion on the development of this movement, its nuances and achievements over the various political moments of the country, revealing it as a fundamental tool for the defense of black people in all politic, economic, social and cultural aspects.

Keywords: population of african descendents; black movement; schooling.

A História do negro no Brasil é marcada por toda sorte de penas, exclusões e submissões. Reduzida à condição de propriedade dos senhores de engenhos, a população negra foi completamente desprovida de todo e qualquer direito social e político, sobretudo o direito à educação escolarizada, estando, portanto, desde o início da colonização do Brasil, alijada do exercício da cidadania. Essa condição se perpetuou no Império, quando da promulgação da constituição de 1824, que não garantia a essa população o direito à cidadania, vindo a surgir as primeiras iniciativas de mudança somente a partir da abolição da escravatura, em 1888, e da implantação da República, em 1889.

Essas iniciativas se corporificaram na organização e fundação de uma série de instituições associativas, que tinham como fim crucial a união, a mobilização e a conscientização racial da população de ascendência africana para a luta em busca da cidadania plena e contra a exclusão, o preconceito e a discriminação a que historicamente estava sujeitada. Essas organizações constituem o ponto de partida dos movimentos negros, que foram e continuam sendo fundamentais para a conquista do negro à cidadania, sobretudo do direito à educação escolarizada.

No entanto, ao observarmos a História podemos perceber que muitas das estratégias no intuito de melhorar a condição educacional dos negros não foram bem sucedidas, muitas vezes por falta de planejamento adequado para atender ao problema numa determinada época, ou até mesmo por falta de prioridade do governo quanto ao investimento em ações que promovessem com eficácia a educação desse povo. Desta forma, em meio a inúmeras lutas destinadas não apenas ao acesso dos negros à escola, mas também à busca pela qualidade do ensino e à permanência desse povo nos bancos escolares, percebe-se que muitas das ações implementadas foram assumidas mais por parte dos movimentos negros, que foram criados com o passar dos anos, do que por parte do governo. Daí a importância das organizações associativas negras na luta pelo direito à educação escolarizada da população afrodescendente.

Com base nas idéias acima citadas, discorreremos sobre o processo de escolarização da população afrodescendente brasileira, objetivando explicitar a influência do movimento negro na conquista da cidadania desse povo, sobretudo do direito à educação escolarizada. Para tanto, será abordada a influência desse movimento desde o início da República até os dias atuais, focando os principais momentos políticos da História do país.

A mudança do regime político do Brasil, que passou de Monarquia para República, não

significou a alteração do quadro de exclusão da população negra do país. Como afirma George Andrews, os negros

eram “excluídos seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e a outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da ‘teoria do branqueamento’; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus” (ANDREWS apud. DOMINGUES, 2007, p. 26).

Essa exclusão apontada por Andrews se estendia para o campo educacional, em que era comum as escolas imporem restrições à população negra ou até proibirem a sua matrícula, mantendo assim os negros afastados da escola. Frente a essa vergonhosa realidade, o governo republicano permaneceu passivo, não garantindo o acesso de todos à educação durante muitas décadas. Sem acesso aos estudos, a população afrodescendente via-se cada vez mais impossibilitada de melhorar a sua condição social, bem como permanecia carente de subsídios consistentes que lhes auxiliassem a lutar contra as injustiças sociais a que estava exposta.

É nesse contexto, e inspirados nas irmandades religiosas do final do século XIX, que começam a surgir as primeiras associações organizadas de apoio à população negra contra a exclusão, o preconceito e a discriminação. As irmandades dos negros católicos do final do século XIX, apesar de não terem influenciado diretamente no processo de escolarização da população negra do país, foram de suma importância para a construção da consciência desse povo, inserindo-os e incitando-os a lutar contra o preconceito e a discriminação raciais. No ideário dessas irmandades figurava não só a intenção de preservar as tradições africanas, como cultura legítima desse povo, como também de construir a consciência de luta e reivindicações, em busca de romper com a situação de abandono a que os negros estavam sujeitos, “exigindo direitos sociais e iguais oportunidades de educação e trabalho” (GONÇALVES, 2000, p. 335). Um exemplo desse tipo de instituição foi a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Paulo, que, segundo Raul Juliano do Amaral – um de seus membros, tornando-se posteriormente um dos líderes do movimento negro no início do século XX –, funcionava como uma associação mutualista, onde famílias africanas libertadas “vinham se instalar para viver e desenvolver seu próprio comércio” (GONÇALVES, 2000, p.335).

As organizações associativas negras tinham, como fator norteador de suas atividades, lutas e reivindicações, a idéia da educação como elemento chave para retirar a população afrodescendente do quadro histórico de opressão. Em geral, seus líderes eram indivíduos que

havia atingido um certo grau de escolarização, sendo que alguns tinham até formação em nível superior. Nas palavras de José Correia Leite, um desses líderes, “(...) o negro devia ir a campo para se conscientizar e combater com a mesma arma do branco: cultura e instrução, o que o negro não tinha nem se preocupava em ter” (LEITE apud. GONÇALVES, 2000, p. 337), visto o longo período em que esteve alijado dos direitos sociais básicos, perdendo com isso a noção da importância da instrução para melhorar a sua condição social.

As diversas organizações associativas negras, formadas no início do século XX, constituíam-se em instituições beneficentes, nas quais educação e assistência social caminhavam juntas. Elas foram fundadas em diversos formatos, tais com clubes, grêmios literários, entidades beneficentes, centros cívicos, jornais e organizações políticas. Como afirma Domingues (2007), elas tinham um caráter notadamente cívico, cultural e recreativo, exercendo “um importante papel de mobilização e conscientização raciais da população de ascendência africana” (DOMINGUES & SILVA apud. DOMINGUES, 2007, p. 26).

Na luta pelo direito à educação, essas associações não só denunciavam o analfabetismo e a precariedade da escolarização dessa população, mas, sobretudo, empreendiam ações educativo-culturais em suas instalações, tais como apresentações musicais, encenações teatrais, cursos, palestras, entre outras atividades. Dentre essas ações, as mais significativas foram as voltadas para a educação escolar, em que algumas dessas associações chegaram inclusive a abrir escolas em suas estruturas, a exemplo da Sociedade Amigos da Pátria, de São Paulo, que abriu a escola Progresso e Aurora em 13 de maio de 1908.

Um exemplo importante desse tipo de associação foi o Centro Cívico Palmares, que no período de 1926 a 1929 fundou uma escola nas instalações de sua sede, a qual ofertava aula nos períodos diurno e noturno. Na escola ensinava-se a ler, escrever, contar, bem como Gramática, Geografia, História, Aritmética, Geometria, entre outras disciplinas. O Centro Cívico Palmares constituiu uma importante associação do movimento negro, sendo considerado o embrião da Frente Negra Brasileira, que foi uma das mais importantes instituições do movimento negro no Brasil.

Instituída em 1931, na cidade de São Paulo, e permanecendo ativa até 1937, quando Getúlio Vargas implementou a ditadura do Estado Novo e proibiu a formação de organizações de movimentos sociais, declarando-os ilegais, a Frente Negra Brasileira (FNB) foi a associação que mais se destacou, apresentando um maior grau de organização e estruturação. A sua

complexa estrutura era organizada por departamentos, dos quais o maior e mais importante era o Departamento de Instrução, responsável pela área educacional da agremiação.

Dentre os projetos implementados pela FNB, está o jornal “A Voz da Raça”. Nele o tema da instrução era o mais recorrente, abordando-se questões referentes ao quadro de carência educacional da população negra e a necessidade de ela se instruir. Pelo jornal, buscava-se conscientizar a população afrodescendente da necessidade da instrução escolar para poder combater a opressão social sofrida.

Um importante projeto do Departamento de Instrução da FNB foi a instituição, em 1932, de um curso de alfabetização no período da noite, destinado a todos os negros, associados ou não, adultos ou crianças, e, em 1934, a implementação do curso primário. Havia ainda o curso de “Formação Social”, que contava com conferências sobre questões da atualidade, históricas, sociais, assim como moral e cívica. A FNB organizou também uma biblioteca, a partir da doação de livros de seus associados.

A FNB se expandiu rapidamente para vários Estados da Federação. Desta feita, as atividades educacionais também se estenderam para esses Estados, das quais se destacou a de Muzambinho (MG), em que sua escola primária foi reconhecida oficialmente e municipalizada em 1937.

É importante ressaltar também o papel da FNB nas ações de denúncia e posicionamento crítico, ainda que de maneira assistemática e pouco articulada, frente à pouca receptividade das escolas da rede de ensino em relação aos alunos negros e à postura discriminatória de seus professores. A FNB criticava também os conteúdos das disciplinas escolares, que muitas vezes colocavam os negros em posição desvantajosa frente aos brancos, incitando a discriminação racial.

Além da FNB, outras organizações do movimento negro mantinham projetos educacionais na década de 1930. Como exemplos dessas organizações estão o Clube Recreativo 28 de Setembro, em Jundiaí (SP); o Centro Cívico José do Patrocínio e o Grêmio Recreativo Flor de Maio, ambos em São Carlos (SP).

É possível perceber que as primeiras décadas da República constituiu um período fértil do movimento negro no Brasil frente a exclusão política e social da população afrodescendente, mas sobretudo frente a sua exclusão no sistema de ensino do país. As organizações negras desse período priorizavam suas ações na esfera educacional, uma vez que, segundo Domingues

(2007), “acreditava-se que os negros, à medida que progredissem no campo educacional, teriam mobilidade social, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente. A educação também teria assim o poder de anular o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo” (DOMINGUES, 2007, p. 29).

No período de 1937 a 1945, em que foi instituída a ditadura do Estado Novo, observa-se a supressão, instaurada por Getúlio Vargas, dos direitos democráticos, implementando assim uma violenta repressão política no país, o que inviabilizou qualquer movimento contestatório. Porém, ainda nessa época, reaparece o movimento negro organizado, tendo como principal entidade a União dos Homens de Cor (UHC) (1943), a qual tinha como finalidade elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, de maneira que as tornassem aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país.

Em 1940 a União dos Homens de Cor (UHC) teve representantes em dez Estados da Federação. Eram estes: Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná. Sua atuação era marcada pela promoção de debates na imprensa local, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica, médica e participação em campanhas eleitorais.

Porém, não se pode deixar de relatar o seu papel na área educacional, onde uma das reivindicações era tornar gratuito o ensino em todos os graus, admitindo brasileiros de cor como pensionistas do Estado em todos os estabelecimentos de ensino superior do país, inclusive estabelecimentos militares. O presidente da UHC, João Cabral Alves, declarou em 1946 que uma das finalidades da organização era manter moças e rapazes em cursos superiores, concedendo-lhes roupa, alimentação, entre outros artigos, para que pudessem concluir seus estudos.

O Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944 no Rio de Janeiro, também foi um grupo importante dessa fase. Em sua liderança tinha Abdias do Nascimento e sua proposta era formar um grupo teatral apenas com atores negros. O TEN fundou o jornal “Quilombo” e organizou conferências, congressos, promoveu cursos de beleza, inaugurou um centro de pesquisa e um museu. Quanto à educação, esta continuava sendo vista como meio de conquista e igualdade moral, intelectual, cultural, artística, econômica e política. Foi partindo destes conceitos que ainda em 1944 e meados de 1946 o TEN criou cursos de alfabetização, visando proporcionar qualificação mínima para a participação do indivíduo na campanha teatral.

Eram muitos os obstáculos enfrentados pelos negros para o acesso às escolas. Havia

discriminações e perseguições por parte dos próprios diretores para vetar o progresso educacional dos negros. O fato é que o preconceito da “cor” realmente fazia parte do universo escolar, desde diretores, professores, até os colegas de turma que tratavam os afrodescendentes de maneira diferenciada.

Em 1954, em São Paulo, um grupo de negros formou a Associação Cultural dos Negros (ACN) que teve como primeiro presidente Geraldo Campos de Oliveira. A Associação reuniu em seus quadros cerca de 700 pessoas, publicou o jornal “O Mutirão”, montou uma biblioteca e articulou um projeto educacional.

Portanto, alguns momentos dos movimentos negros revelados acima expõem a forma como não fora garantido ao negro o usufruto de seus direitos enquanto cidadãos, entre os quais está o da educação. A população de ascendência africana no Brasil foi afetada profundamente, pois além do preconceito da cor, a escolarização lhe foi vetada, a qual era tida como instrumento de qualificação do negro para o mercado de trabalho e pleno exercício da cidadania, visto ainda que o direito do voto era destinado a pessoas alfabetizadas.

Com a instituição da ditadura militar, em 1964, houve uma retração do movimento negro no país, devido à disseminação da falsa e equivocada idéia da inexistência de racismo no país. Como afirma Domingues, os ativistas do movimento negro “eram estigmatizados e acusados de conspirarem um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil” (DOMINGUES, 2007, p. 32).

Essa retração do movimento negro perdurou de 1964 até 1978, quando finalmente ocorreu a reorganização política do protesto negro, com a instituição, em 1978, do “Movimento Unificado contra a Discriminação Racial”, cujo nome foi modificado no ano seguinte para “Movimento Negro Unificado” (MNU).

O MNU constituiu um marco na História do movimento negro no Brasil, na medida em que objetivou unificar a luta anti-racial em escala nacional, trazendo como princípio fundamental de sua Carta de Princípios a defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. O movimento tinha como esfera crucial de intervenção o campo educacional, reivindicando uma educação voltada para os interesses do povo negro e de todos os oprimidos. Desta forma, o MNU, juntamente com outros movimentos negros espalhados pelo Brasil, levantou a bandeira de defesa da inclusão de conteúdos programáticos referentes à História da África e da cultura afro-brasileira nos currículos das escolas.

Em consonância com essa idéia, o sociólogo e ativista negro Manoel de Almeida Cruz, por meio de reflexão teórica, elaborou as bases de uma “pedagogia interétnica”, a qual foi experimentalmente posta em prática em dois seminários organizados exatamente com esse fim. A partir das experiências dos Seminários, elaborou-se um currículo escolar multicultural, o qual foi aplicado numa turma de pré-escola de uma escola no Vale das Pedrinhas, subúrbio de Salvador.

Em meados de 1980, com o fim da ditadura e a redemocratização do país, o movimento negro, que estava unificado, começou a atomizar-se, emergindo diversos grupos pelo país. Além da reivindicação anteriormente citada, esses grupos acrescentaram em sua pauta de reivindicação ao governo a exigência de cursos de qualificação de professores, voltados para a uma prática de ensino multirracial e poli étnica, assim como a exigência de uma revisão dos livros didáticos, de modo a abolir deles a veiculação de conteúdos negativos acerca do negro.

A década de 1990 foi marcada pela crise do MNU, que perdeu sua força política, e pela especialização dos diversos grupos espalhados pelo país, que passaram a atuar em frentes específicas. Como exemplo de grupos que especializaram suas ações na educação está o Núcleo de Estudos Negros (NEN), em Florianópolis; a Associação Afro-Brasileira de Educação Cultural e Preservação da Vida, em São Paulo; a Cooperativa Steve Biko, em Salvador; e o grupo Educafro, no Rio de Janeiro.

Ainda nessa década, o movimento negro agregou uma nova linha de reivindicação, pautada no movimento político em prol do maior acesso do afro descendente à universidade. Para a concretização desse objetivo, estimulou-se a implementação de cursos pré-vestibulares para negros e carentes. O curso implementado pelo Núcleo da Consciência Negra (NCN) da Universidade de São Paulo (USP) é um exemplo de concretização desse movimento.

Em Sergipe, há poucos registros sobre a participação do movimento negro na escolarização dos afrodescendentes. A contribuição desses movimentos em Sergipe está pautada em debates, que visam promover a conscientização da sociedade sobre a questão do racismo, tais como auxílios jurídicos às vítimas de preconceito, bem como a realização de conferências e seminários em espaços públicos. As escolas também são utilizadas como ferramentas nesse processo de valorização da cultura africana.

Para o movimento negro, a Lei nº 10.639/03 tem sido considerada uma das conquistas mais relevantes para educação dos negros no Brasil. A lei foi promulgada em 2003,

estabelecendo, finalmente, que as escolas devem incluir nos seus conteúdos programáticos, o ensino sobre a História da África e dos africanos. Há duas décadas o movimento negro vinha reivindicando essa inclusão.

Por considerar que a escola desempenha um papel relevante na construção da cidadania do indivíduo e na sua formação cultural, a introdução da História da África no currículo escolar visa contribuir para inclusão efetiva do negro a partir da desmistificação da sua história, que por muitos é desconhecida, até mesmo pelos próprios negros, que foram alijados da sua própria cultura pela imposição da cultura eurocêntrica. Entretanto, em termos de aplicabilidade, a lei deixa a desejar, porém, em termos de políticas públicas, a lei é considerada pelo movimento negro como um marco para a educação dos afrodescendentes no Brasil.

Atualmente os movimentos têm travado lutas no âmbito das ações afirmativas, tais como as cotas para o ensino superior, que é motivo de polêmicas em todo o Brasil. Nesse sentido, o movimento negro promove debates que por si só já garantem a possibilidade de discutir e pensar a situação desfavorável que se encontra o negro no ensino superior do país. Vale ressaltar as iniciativas de algumas entidades, que formam cursinhos pré-vestibulares, como alternativa para diminuir a desigualdade presente no ensino superior.

A preocupação do Estado com a escolarização do negro é um fato ainda muito recente na história do Brasil e a atuação do movimento negro vem acompanhando esse processo. É verdade que alguns passos foram dados, desde a Abolição da Escravatura em 1888, que apesar da contradição da lei que libertou os negros, mais os deixou a própria sorte, sem casa, sem emprego e sem identidade, o negro tem demonstrado o poder de superação diante de tantas adversidades, enfrentando não mais o tronco ou as chibatadas dos seus senhores, mas o preconceito disfarçado. Diante dessa perspectiva, o movimento negro utiliza a escola como estratégia de equiparação dos direitos sociais entre negros e brancos, sendo, portanto a escolarização do indivíduo negro de inquestionável relevância para a construção de sua identidade cultural e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro e educação: alguns subsídios históricos. In: MARCON, Frank; SOGBOSSI, Hippolyte Brice (orgs.). **Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007. p. 25-40.

FIGUEIRÔA, Meirevandra Soares. A professora Etelvina Amália de Siqueira Alves: ocupando espaços na passagem do século XIX para o século XX. In: BERGER, Miguel André (org.). **ANAIS da V Semana de Educação**. II Encontro Regional de Educação. Formação docente X Qualidade Social da Escola Pública. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Departamento de Educação; Núcleo de Pós-Graduação em Educação, 30 de maio a 03 de junho de 2005. p. 1-5.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 325-346.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. “Movimento negro e Educação”. In: **Revista Brasileira de Educação**. 500 anos imagens e vozes da Educação, nº 15. Rio de Janeiro: ANPED, set./out./nov./dez., 2008. p. 134-158.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Pós-graduanda em Psicopedagogia pela Faculdade Amadeus – FAMA.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Fisioterapia pela Universidade Tiradentes. Pós-graduanda em Fisioterapia em Traumatologia-ortopedia pela Universidade Castelo Branco. Assistente Administrativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe.